UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - UFMT

JACKSON RAPHAEL DELLA VALENTINA

**DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO O DANO MORAL E SUA QUANTIFICAÇÃO
NOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE NO
ESTADO DE MATO GROSSO**

**Cuiabá - MT
2017**

JACKSON RAPHAEL DELLA VALENTINA

**DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO O DANO MORAL E SUA QUANTIFICAÇÃO
NOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE NO
ESTADO DE MATO GROSSO**

Monografia apresentada ao **programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso - UFMT**, como requisito parcial para a obtenção de título de Pós Graduação em Direito Civil Contemporâneo, sob a orientação do **Professor Doutor. Saul Duarte Tibaldi.**

**Cuiabá – MT
2017**

RESUMO

O presente trabalho refere-se à quantificação do dano moral, onde ao longo da história humana e jurídica registrou-se evolução das ações e interações humanas, entre obrigações e deveres. Tem-se a história da responsabilidade civil desde marco histórico datado do fim do século III, A.C, onde versava a LEX AQUILIANA DE DAMNO, as leis das 12 tábuas. Buscou-se também a abordagem pedagógica da responsabilidade civil objetiva e subjetiva, uma vez que sem a caracterização desta não podemos falar em dano moral. Fato é que, conforme juntado ao trabalho nota-se uma discrepância entre a conduta delitiva e a satisfação na compensação do dano, com a quantificação do dano moral realizada de forma subjetiva pelo legislador, visto as decisões aqui juntadas. Nesta análise debate-se ainda a necessidade do legislador tentar de forma temerária quantificar o dano moral, buscou-se também o debate quanto a uniformização das jurisprudências quanto ao Juizados Especiais Cíveis de Cuiabá e Várzea Grande junto as decisões das Turmas Recursais.

Palavra Chave: Quantificação do dano moral, dano moral, responsabilidade, responsabilidade civil.

ABSTRACT.

The present work refers to the quantification of moral damage, where human and legal history has evolved human actions and interactions, between obligations and duties. It has the history of civil responsibility from historical landmark dating from the end of the third century, A.C, where the LEX AQUILIANA OF DAMNO, the laws of the 12 tablets. We also sought the pedagogical approach of objective and subjective civil liability, since without the characterization of this we can not speak of moral damage. The fact is that, as added to the work, there is a discrepancy between the delinquent conduct and the satisfaction in the compensation of the damage, with the quantification of the moral damage carried out subjectively by the legislator, since the decisions gathered here. the legislator's need to recklessly attempt to quantify moral damages, the debate was also sought on the standardization of jurisprudence regarding the Special Civil Courts of Cuiabá and Várzea Grande, together with the decisions of the Appeals Courts.

Keyword: Quantification of moral damage, moral damage, liability, civil liability.

SUMÁRIO

Introdução.....	4
CAPITULO 1.....	7
1. Responsabilidade civil.....	7
1.2 Histórico e Evolução da Responsabilidade Civil.....	7
1.3 Conceito e Noções Gerais.....	10
CAPITULO 2.....	13
2. Artigos 186 e 187 do Código Civil Brasileiro.....	13
2.1 Dano Moral.....	13
2.2 Conceito do Dano Moral.....	14
CAPITULO 3.....	18
3. Dano Moral Contemporâneo.....	18
3.1 Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1999.....	19
3.2 Quantificação do Dano Moral.....	20
3.3 Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis de Cuiabá e Várzea Grande do Estado de Mato Grosso.....	21
Conclusão.....	27
Bibliografia.....	29

INTRODUÇÃO.

O presente trabalho tem como escopo discorrer sobre o dano moral e sua quantificação, onde faz uma abordagem à responsabilidade civil e seus históricos.

Demonstrando a necessidade do pleito indenizatório e sua quantificação, em especial a quantificação junto aos Juizados Especiais Cíveis do Estado de Mato Grosso.

Tem-se a uma análise do histórico da responsabilidade civil desde marco histórico datado do fim do século III, A.C, onde versava a LEX AQUILIANA DE DAMNO, as leis das 12 tábuas.

Buscou-se também a abordagem pedagógica da responsabilidade civil objetiva e subjetiva, uma vez que sem a caracterização desta não podemos falar em dano moral.

Uma vez que em nossa sociedade todas as relações entre os indivíduos devem ser pautadas de urbanidade, ditadas por leis em especial. Evitando-se assim a desordem e o caos social.

O dever de indenização por dano morais elencados em nosso ordenamento civil deixa claro o dever da indenização no cometimento do ato ilícito conforme os artigos 186 e 187 e 944 do referido codex.

Diversos autores elencados no trabalho nortearam a delimitação deste tema de suma importância ao mundo jurídico contemporâneo.

A necessidade de contemporanizar o dever de indenizar moralmente com a devida quantificação correta, se faz necessário devido à evolução da sociedade moderna e da sociedade praticamente digital, em que a perda do tempo útil se torna um ilícito extremamente mensurável.

Não é de hoje que o dever de indenização por dano morais vem sendo debatido ou discutido, devido à evolução social em que foi acontecendo, novas formas de danos foram surgindo, e novas leis foram necessárias para estancar estas ilicitudes que acarretam o dano ao indivíduo, em especial o dano moral.

Quanto aos aspectos práticos aplicáveis, nota-se nos dias de hoje uma necessidade de completa reavaliação da aplicação da quantificação do dano moral, junto aos Juizados Especiais Cível de Cuiabá e Várzea Grande do Estado de Mato Grosso, onde conforme detida análise se aplicam vários critérios subjetivos não padronizados na aplicação deste importante instituto jurídico.

Conforme colacionado junto ao trabalho, as jurisprudências mostram a forma com que as decisões estipuladas, e nota-se em determinados casos, diferenças gritantes entre os entendimentos.

Muitas das vezes encontramos diversas decisões para casos idênticos, demonstrando que não existem nos juizados especiais cíveis da comarca de Cuiabá e Várzea Grande do Estado de Mato Grosso uma padronização do dano moral, ficando a quantificação deste instituto muita das vezes prejudicada.

Seja a aplicação das análises dos fatos serem de certa forma robotizada, devido à proliferação de ações com pedidos indenizatórios por danos morais, serem por falha humana devido a diversos fatores como exemplo o cansaço do julgador ou um serventário como juiz leigo despreparado para a função, serem por falta de aparato Estatal que é a falta de pessoal, ou seja, um número insuficiente de julgadores, ou simplesmente por convicção do respeitável julgador estar ultrapassada.

Diversas Jurisprudências foram observadas e elencadas no trabalho, para trazer ao interessado um gama de informações fidedignas, podendo ao interessado fazer jus de suas convicções.

Em uma visão geral toda a sociedade deve reparar os prejuízos de um ato ilícito, uma vez que a ofensa patrimonial ou mesmo pessoal, traz consigo um desequilíbrio para esta sociedade, devendo ser reparada por meios jurídicos adequados.

Conforme conceitos históricos, evoluções, e jurisprudências contemporâneas dispostas neste trabalho, fica claro a necessidade da valoração dos elementos legais que caracterizam o dano, para que assim o individuo que comete o ilícito não mais o pratique, e melhore suas relações com terceiros.

Enfim é preciso que todos os esforços sejam desprendidos com um único caminho, que é o da resolução dos conflitos, evitando todo e qualquer resultado que gere a outrem dor, angustia e mazelas.

Demonstra também o presente trabalho a importância da aferição do valor a ser desprendido pelo causador do dano, haja vista a necessidade de imposição de sanções pesadas para o não cometimento de novas ilicitudes.

Pretende-se também conforme acompanhamento das leis contemporâneas e jurisprudências, demonstrar as vertentes principais e todo os contornos do dano moral, trazendo a realidade um difícil problema que é o da quantificação desse dano, e demonstrar a escassez de regramento na legislação pátria para essa quantificação.

A finalidade deste trabalho é demonstrar a necessidade de se quantificar o dano moral, conforme, doutrinas, leis e jurisprudências, com objetivo de trazer a luz para o assunto tão delicado e interessante no ponto de vista prático e acadêmico.

CAPÍTULO I

1. RESPONSABILIDADE CIVIL.

1.2 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL.

Diversos estudos apontam a Responsabilidade civil como marco histórico datado do fim do século III, A.C, onde versava a **LEX AQUILIANA DE DAMNO**, onde estabeleceu parâmetros da responsabilidade civil.

A Lei romana era gerida de forma clara e sem análise de culpa, para a época em que fora desenvolvida. Chamava-se a lei da XII tábuas, onde vigorava a máxima **OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE**.

Tal pratica de responsabilidade sem a apreciação de culpabilidade ao longo do tempo foi se tornando extremamente injusta, necessitando de adequações sociais.

Conforme o ilustríssimo Doutrinador *Sílvio de Salvo Venosa*, (2012, p. 18):

A Lex aquilia foi um plebiscito aprovado provavelmente em fins do século III ou início do século II a.C., que possibilitou ao titular de bens o direito de obter o pagamento de uma penalidade em dinheiro de quem tivesse destruído ou deteriorado seus bens. Como os escravos eram considerados coisa, a lei também se aplicava na hipótese de danos ou morte deles. Punia-se por uma conduta que viesse a ocasionar danos.(**Venosa, Sílvio de Salvo Direito civil: responsabilidade civil / Sílvio de Salvo Venosa. – 12. Ed. – São Paulo : Atlas, 2012. – (coleção direito Civil; v. 4))**

Pode-se extrair no contexto histórico que a ideia central da responsabilidade era punir o dano causado por pessoas independente na época da análise de culpabilidade, que como já dito, pouco importava, a necessidade que se traduzia era de que o mal ocasionado a terceiro deveria ser punido com o mal também.

Menciona também a professora *Maria helena Diniz*, (2014, p. 27):

Historicamente nos primórdios da civilização humana, dominava a vingança coletiva, que se caracterizava pela reação conjunta do grupo contra o agressor pela ofensa a um de seus componentes. (**Diniz, Maria Helena,**

**Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil /
Maria Helena Diniz. – 28. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014)**

Fato de extrema importância são os regramentos da lei das XII tabuas, conforme se pode verificar junto ao site do Superior Tribunal de Justiça – STJ, onde através de um minucioso estudo fora possível chegar ao mais original possível dos ditames romanos, regras essas que balizaria o Estado romano por décadas.

Tábuas I e II - Organização e procedimento judicial;

Tábua III - Normas contra os inadimplentes;

Tábua IV - Pátrio poder;

Tábua V - Sucessões e tutela;

Tábua VI - Propriedade;

Tábua VII - Servidões;

Tábua VIII - Dos delitos;

Tábua IX - Direito público;

Tábua X - Direito sagrado;

Tábuas XI e XII - Complementares.

Fonte:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaSimboloJustica&pagina=tabuas>

Claramente nesta época não se reparava o dano com pensamento contemporâneo que é a pecúnia, estavam os litigantes mais preocupados em aplicar a responsabilização diretamente na pessoa física do causador do dano, com a mesma agressão sofrida.

Maria Helena Diniz em sua obra muito bem traduz o significado da lei das doze tábuas.

Diz em sua obra Maria Helena Diniz, (2014, p. 28).

na lei das XII Tábuas, aparece significativa expressão desse critério da tábua VII, lei 11ª: “si membrum rupsit, ni cume o paci, tálío esto” (se alguém

fere a outrem, que sofra a pena de Talião, salvo se existiu acordo). **(Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 28. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014)**

Seguindo a lógica histórica, a Lex aquilia de damno, essa sim veio ao sentido aprimorado em relação à lei das XII tábuas onde de forma menos gravosa aplicava-se aos conflitantes a reparação de um dano.

Mais uma vez tem-se aqui a Professora Maria Helena Diniz onde diz que a idéia de reparação pecuniária veio da Lex Aquilia, em sua obra CURSO DE DIREITO CIVIL RESPONSABILIDADE CIVIL, 26 edição, editora Saraiva, ano 2012, página 27.

“A Lex Aquilia veio a cristalizar a ideia de reparação pecuniária do dano, impondo que o patrimônio do lesante suportasse os ônus da reparação, em razão do valor da res, esboçando-se a noção de culpa como fundamento da responsabilidade, de tal sorte que o agente se isentaria de qualquer responsabilidade se tivesse procedido de culpa.”

Então, conforme longo lastro da história os danos causados começaram a serem reparados pela responsabilidade civil pecuniária, e o Estado começou a intervir nas relações pessoais, aplicando o justo direito da época.

É na idade média, já com os alicerces da diferenciação de dolo e culpa que se originou a teoria da responsabilidade civil, com a publicação da obra do autor jurista Frances Domar, Conforme Maria Helena Diniz, a respeitável doutrinadora mais uma vez em sua obra nos ensina.

Com o advento aprimorado das relações pessoais, e o desencorajamento de aplicações de responsabilidade contra a pessoa do causador do dano, tem-se na idade média já com toda a idéia primordial esculpida de diferenciação primária de dolo ou culpa, originou-se a teoria primordial da responsabilidade civil através da obra do autor jurista Frances Domat, Lois civiles, Liv.VIII, seção II, art. 1º, responsável pelo princípio geral da responsabilidade civil. **(Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil**

brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 26. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012)

Em nosso direito contemporânea sabemos que a aplicação do direito serve para equilibra um conduta que extrapolou o justo e aceitável comportamento social, que relacionado diretamente a compensação do dano e trazendo ao máximo possível o “status quo” original.

1.3 CONCEITO E NOÇÕES GERAIS.

Nesta premissa, o presente trabalho demonstra de forma organizada e sucinta um breve conceito e algumas noções gerais da responsabilidade civil, para que o leitor tenha de certo modo uma idéia cronológica do mérito deste trabalho, que é a necessidade de rever a quantificação do dano moral, junto aos juizados especiais cíveis do Estado de Mato Grosso.

A responsabilidade civil, especificamente a palavra **responsabilidade** é originária do latim “**respondere**”, fato de alguém ser garantidor de algo. (Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 22. ed.rev.,atual. e ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o Projeto de lei n. 276/2007.– São Paulo: Saraiva, 2008, pag 33.)

No direito romano existia uma fórmula ao qual o devedor se via vinculado aos contratos verbais, identificando o credor e devedor. Tal formula era a necessidade de dizer as palavras **dare mihi spondes? Spondeo**. Isso estabelecia a obrigação entre as parte.

A doutrinadora Maria Helena Diniz traz em sua obra curso de Responsabilidade civil alguns pressupostos necessário para que possam caracterizar a responsabilidade civil, como a existência de uma ação, comissiva ou omissiva, ocorrência de um dano moral ou material, nexo de causalidade entre o dano e a ação. (Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 22. ed.rev.,atual. e ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o Projeto de lei n. 276/2007.– São Paulo: Saraiva, 2008, pag 38.)

Para Maria Helena Diniz a responsabilidade Subjetiva, o fato gerador é o ilícito praticado.

“... o imputado por ter-se afastado di conceito de *bônus pater famílias*, deverá ressarcir o prejuízo, se se provar que houve dolo ou culpa na ação. Sua responsabilidade será individual, podendo ser direta ou indireta. Será direta, quando o agente responder por ato próprio. Será indireta, apenas nas situações previstas em lei, nas quais se admite culpa presumida *júris et de jure*, operando-se, conseqüentemente, conforme o caso, a inversão do *ônus probandi*, ou, ainda gerando responsabilidade indireta, o imputado responderá objetivamente por força do artigo 933 do Código Civil, por ato de terceira pessoa, com a qual tenha vínculo legal de responsabilidade (CC, art.923,I a IV), ou, subjetivamente, por fato de animal ou de coisa inanimadas sob guarda (como se sucede com donos ou detentores de animais, donos de edifícios em ruínas. Será preciso provar a culpa do sesante na produção do dano (CC, art 936 e 937). E os habitantes de casas, pelas coisas caídas ou lançadas, por colocarem em risco a segurança da coletividade, terão responsabilidade objetiva – CC, art. 938) (Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 22. ed.rev.,atual. e ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o Projeto de lei n. 276/2007.– São Paulo: Saraiva, 2008, pag 53.)

Para mesma doutrinadora a responsabilidade objetiva mesmo que a atividade seja licita este, o responsável responde pelos prejuízos, devido ao dever de zelar pelo ato desenvolvido, reparando assim o ilícito praticado.

“Na responsabilidade objetiva, a atividade que gerou o dano é lícita, mas causou perigo a outrem, de modo que aquele que a exerce, por ter a obrigação de velar para que dela não resulte prejuízo, terá o dever ressarcitório, pelo simples implemento do nexu causal. A vítima deverá pura e simplesmente demonstrar o nexu causalidade entre o dano e a ação que o produziu. Nela não se cogita de responsabilidade indireta, de sorte que reparará o dano o agente ou a empresa exploradora, havendo tendência de solicitação dos riscos, nem do fortuito como excludente de responsabilidade, como pondera Arnaldo Medeiros da Fonseca.” (Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 22. ed.rev.,atual. e ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o Projeto de lei n. 276/2007.– São Paulo: Saraiva, 2008, pag 54.)

Como visto tais pressupostos para caracterização da responsabilidade civil no direito contemporâneo esta ditada em nosso regramento, em especial conforme artigo 186 e 187 do Código Civil. Devendo a parte que assim ocasionar o dano seja responsável em repará-lo, e restaurar ao máximo ao que foi danificado ou compensar tal ilícito.

CAPITULO 2.

2. ARTIGOS 186 E 187 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

Conforme a sociedade foi se desenvolvendo e as necessidades foram de certa forma se distanciando das leis até então vigentes, necessitava à sociedade de uma lei civil mais atualizada, como ocorreu com o nosso código civil de 2002.

Certas mudanças ocorreram para que os anseios sociais fossem supridos, como no caso dos artigos 186 e 187 do nosso Código Civil de 2002.

O artigo 186 do Código Civil diz que:

“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” (Vade Mecum compacto/obra coletiva da Editora Saraiva com Colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha,- 17. Ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.)

Já o artigo 187 do Código Civil diz que:

“Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.” (Vade Mecum compacto/obra coletiva da Editora Saraiva com Colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha,- 17. Ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.)

Conforme descrito do dispositivo legal, o agente causador de um dano seja ele cometido com dolo ou culpa é passivo de responsabilização, para que assim seja realizada a justa equidade social, pareando as partes conflitantes, com uma resposta proporcional ao agravo.

2.1 DANO MORAL.

Conforme artigo 186 do Código Civil, aquele que causar dano mesmo que seja moralmente comete ato ilícito.

Inúmeros trabalhos e tese foram elaborados, com relação ao tema, diversos doutrinadores manifestaram suas idéias e as tornaram pilares do regramento,

tornando hoje dano moral como uma das ocorrências mais questionadas em tribunais.

O **STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** direcionou o entendimento da aplicação do dano moral.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 214.053, da Quarta Turma. CIVIL. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. "O valor da indenização por dano moral não pode escapar ao controle do Superior Tribunal de Justiça" (REsp n. 53.321/RJ, Min. Nilson Naves). Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido. Relator: Min. Cesar Asfor Rocha. Brasília, DF, 05 dez. 2000. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=199900416619&dt_publicacao=19/03/2001>. Acesso em: 16/08/2017.

2.2 CONCEITO DO DANO MORAL.

No presente momento se faz necessário aclarar o significado da palavra moral.

Moral, vem do latim *MORALES*, algo como “**vem dos costume**”. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Moral>) acessado em 15/08/2017

A Moral, conforme ensinamento acadêmico difere-se de um sujeito para outro, basta que analisemos a cultura de diversos povos em nosso planeta, como no México em que o se comemora com muita, mas muita festa os dias dos mortos que vai de 31 de outubro a 02 de novembro.

Já em nossa cultura temos o dia dos finados que acontece no dia 02 de novembro, e não realizamos festas neste dia, devido a nossa cultura, que para a maioria é um dia de tristeza dor e saudades.

Temos a diferença entre a moral para cada pessoa, e um senso comum que não se deve extrapolar, deveras também ser diferente o conceito de ética e moral que essa a moral é mais pessoal.

Temos então a moral como um conjunto de regras adquiridas através de cultura, educação da tradição e do cotidiano. (<https://www.significados.com.br/moral/>) acessado em 15/08/2017

Immanuel Kant, em seus ensinamentos destacou que a moral é tudo o que não é físico, onde a moral pode ser diferente para cada individuo diferentemente da ética. (http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17215&revista_caderno=15) acessado em 15/08/2017

O filosofo Kant, diferenciou a moral como algo muito particular criado pelo individuo através de suas culturas, vivencias, e outras situações singulares que somente o individuo pode mensurar.

Pois bem, superado a necessidade da delinear a Moral, podemos então trazer a luz o dano moral, que vem a ser uma conduta de terceiros que de forma ilícita prejudica com dolo ou culpa a dignidade de outrem perante outros ou mesmo a sociedade.

O doutrinador Jose de Aguiar dias em seus ensinamentos delineou sabiamente que, o dano moral não corresponde à lesão propriamente, mas sim os efeitos ao direito e a personalidade do individuo vitima de tal dano.

“O dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão, abstratamente considerada. O conceito de dano é único, e corresponde a lesão de direito. Os efeitos da injuria podem ser patrimoniais ou não, e acarretar, assim, a divisão dos danos em patrimoniais e não patrimoniais. Os efeitos não patrimoniais da injuria constituem os danos não patrimoniais” (DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987, v. 2., p.852).

Cabe salientar a lição do Professor Desembargador SÉRGIO CAVALIERI FILHO, em sua obra “Programa de responsabilidade Civil”, Ed. Malheiros, 1998, o qual ensina que:

“...deve ser reputado como dano moral, a dor, o vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo a normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar... Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos”.

Já o doutrinador Sergio Cavaliere Filho, exemplifica muito bem o que vem a ser o dano moral, a dor que o sujeito que sofre esse dano pode vir a sentir, como a dor, o vexame, sofrimento, humilhação, angustia, desequilíbrio do seu bem estar, situações que fogem a normalidade do dia a dia.

Tem-se que os doutrinadores em suas lições complementam a essência do dano moral, onde haja vista o dano moral não é propriamente a lesão, mas sim os efeitos ao direito e a personalidade do indivíduo vítima de tal dano onde o doutrinador Sergio Cavaliere Filho complementa exemplificando o que vem a ser o dano moral o vexame, sofrimento, humilhação, angustia, desequilíbrio do seu bem estar, situações que fogem a normalidade do dia a dia

Nossa Carta Política em **TÍTULO II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais**, em seu art. 5º, legitima a qualquer cidadão que tenha direito violado em ser devidamente indenizada pelos danos sofridos.

In verbis:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; (...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou

moral decorrente de sua violação.” (Vade Mecum compacto/obra coletiva da Editora Saraiva com Colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha,- 17. Ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.)

Portanto temos que o conceito do dano moral advém da conduta delituosa de um agente para outro onde este delito não se sujeita apenas ao dano físico ou material, mas sim a honra, a dor e a angústia, danos esses passíveis de punição social, para tentar ao máximo restaurar o estado anterior.

CAPÍTULO 3.

3. DANO MORAL CONTEMPORÂNEO.

Não é de hoje que a delimitação do dano moral vem sendo debatido em nosso cotidiano, e mais ainda no poder judiciário, onde esta literalmente assoberbada de demandas dessa natureza.

Conforme ensinamento da Doutrinadora Maria Helena Diniz em sua Obra Curso de Direito Civil Brasileiro Responsabilidade Civil.

“O dano moral direto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou o gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade (como a vida, a integridade corporal e psíquica, a liberdade, a honra, o decoro, a intimidade, os sentimentos afetivos, a própria imagem) ou nos atributos da pessoa (como o nome, a capacidade, o estado de família). Abrange, ainda, a lesão à dignidade da pessoa humana (CF/88, art. 1º, III).” (DINIZ, 2008, p. 93).

Diversas condutas antijurídicas são cometidas diariamente em nossa sociedade, pelo simples ato antijurídico de um agente para com o outro.

Antes da aprovação de nossa Constituição federal de 1988, o dano moral não era tolerado em nosso ordenamento pátrio, não se podia cogitar a possibilidade de uma pessoa ser indenizada por sua dor, angustia ou afetação de sua honra.

O Supremo Tribunal Federal em uma decisão do ano de 1979, não reconhecia do dano moral em falha na vigilância hospitalar, STF, **RE86.5488**, Rel. Min. Leitão de Abreu, 2ª T., j. 29/05/79, p. DJ 03/07/79.

Conforme a nossa Constituição entra em vigor e nossa sociedade passa a evoluir, nossas leis também passam por tais evoluções, sendo assim aceito em nossa sociedade o dever de indenizar moralmente qualquer cidadão que tenha sido molestado por qualquer atividade antijurídica que afetasse o seu íntimo, isso já baseado em nossa Constituição Federal de 1988, direito do consumidor e o nosso direito civil.

3.1 PROJETO DE LEI DO SENADO N° 150 DE 1999.

No ano de 1999, um projeto de lei de autoria do então Ilustríssimo Senhor Senador da Republica Federativa do Brasil, o Sr Antônio Carlos Valadares, representante do Estado de Sergipe –SE, tentou sem sucesso quantificar o valor devido para danos morais. (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1459>) acessado em 16/08/2017

O presente projeto tinha como idéia central a normatização para pagamento de indenizações por danos morais, como divisões entre danos **LEVE, MÉDIO E MÁXIMO**.

Os danos leves seriam considerados os valores máximos em até R\$ 20.000,00, os danos morais considerados médio seria considerado os valores de R\$ 20.000,00 até R\$ 90.000,00, e os danos morais considerados máximo de R\$ 90.000,00 a R\$ 180.000,00.

O presente projeto não teve apoio no congresso e na sociedade, onde os mais entendidos do caso repudiaram o presente projeto, visto sua inviabilidade, por dogmas jurídicos ou mesmo pela simples falta de atualização monetária do valor indenizatório.

Tal projeto foi arquivado no ano de 2007.

Por bem da noção jurídica, tal projeto sendo aprovado seria uma afronta a qualquer direito postulado em juízo, uma vez que nem mesmo uma lei até àqueles dias havia sido confeccionada, para poder balizar o dano moral.

Tal tentativa de quantificar com valores fixo, não passou de uma heresia legislativa, haja vista que o dano moral, não pode ser quantificado de forma tão simplória, sem uma análise profunda do fato, que poderia causar temeridade social, em decisões importantes.

Este projeto de lei não viria para balizar o dano moral, mas sim aplicar limites mínimos e máximos, através de lacunas jurídicas incorrigíveis.

3.2 QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL.

Conforme chegamos a esta fase do trabalho, onde passamos pela história da responsabilidade civil, dos conceitos de ética e moral, do entendimento do dano moral, da necessidade de proteger o íntimo pessoal de cada agente de direito de nossa sociedade, nos deparamos agora com um dos mais problemáticos assuntos do meio acadêmico e do próprio judiciário, que é saber reconhecer o ato antijurídico cometido na esfera moral e quantificar esse dano em pecúnia ao sujeito de direito lesado.

Em nossa legislação não possuímos regramento, um código, para balizar a quantificação do dano moral, talvez por iniciativa do legislador ou mesmo em razão de dificuldade de cada caso em que se postula o dano moral.

A falta de um regramento para balizar o dano moral e criar um parâmetro entre dor e dinheiro é de extrema dificuldade, onde o legislador até hoje não se atreveu a realizar e aprovar uma lei para o problema, bem como diz o autor e doutrinador Antonio Lindbergh C. Montenegro (2001, p. 123),

"o argumento da inconversibilidade da dor em dinheiro constitui, indubitavelmente, a razão principal porque, até hoje, as codificações se mostram tímidas e lacunosas no enfoque do dano moral".

(MONTENEGRO, Antonio Lindbergh C. **Ressarcimento de danos** – pessoais e materiais. 7. ed., ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.) e (MACHADO, Vitor Gonçalves. Que é dano moral? Fixação contemporânea do conceito em razão do fenômeno de sua banalização. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2606, 20 ago. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17234>>. Acesso em: 16 ago. 2017.)

Hoje vemos que os magistrados em diversos momentos atribuem ao dano moral valores que diferem de um senso comum, a ilicitudes similares.

O doutrinador Silvio Venosa em sua obra diz o seguinte:

"a atividade judicante do magistrado há de ser a de um escultor, preocupado em dar contornos à sua obra jurídica, de forma a

amoldar-se às exigências da sociedade e sobretudo da sua consciência" (VENOSA, 2004, p. 253).

Conforme nos deparamos com sentenças desproporcionais às gravidades de fatos trazidos ao judiciário, tem o dever, o respeitável magistrado de preservar algo primordial, que é a dignidade humana.

A quantificação do dano moral deve trazer a vítima a satisfação, e com essa a reparação pecuniária condizente ao dano sofrido, uma vez que o agravo deve ser proporcional ao dano.

3.3. Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis de Cuiabá e Várzea Grande do Estado de Mato Grosso.

Neste tópico, traz à baila, uma realidade prática, na vida advocatícia, onde se observa a discrepância entre decisões contemporâneas dos respeitáveis juizados.

Conforme atuação junto aos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas de Cuiabá e Várzea Grande do Estado de Mato Grosso, nota-se que a quantificação do dano moral, não existe regras jurisprudenciais, que possam vir a serem aplicadas a cada casa.

Observa-se que não há uma congruência entre os juizados, na hora de prolatar uma sentença que versa sobre dano moral, puro e simples, isso tanto em Juizados, como na própria Turma Recursal.

Quantificar o dano moral de forma justa e satisfatória traria para as partes envolvidas a satisfação da reparação do ato lesivo e a consciência ao lesante de que a ilicitude não deve ser cometida, devendo o servir como punição.

Em decisão junto ao Juizado Especial da Comarca da cidade de Várzea Grande, a quantificação de um dano estritamente moral, foi configurado de forma a punir o lesante de forma pedagógica.

PROCESSO Nº 8011559-67.2016.811.0002 - ...Com relação ao valor do dano moral, pode ser entendido pelo conceito de Walter Moraes ?o que se chama de dano moral é, não um desfalque no patrimônio, nem mesmo a

situação onde só dificilmente se poderia avaliar o desfalque, senão a situação onde não há ou não se verifica diminuição alguma. Pois se houve diminuição no patrimônio, ou se difícil ou mesmo impossível avaliar com precisão tal diminuição, já há dano, e este pode ser estimado por aproximação (art. 1533); e logo será supérflua a figura do dano moral? (RT 650/64). Dessa forma, o dano moral, afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima. Não é qualquer dissabor da vida que pode acarretar a indenização, mas aquele que ocasiona um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento ou, como Sívio de Sávio Venosa define ?um desconforto comportamental a ser examinado em cada caso? (Direito Civil, responsabilidade civil, ed. Atlas jurídica, edição 2ª, volume 4º, São Paulo). Com relação ao valor do dano, aplico a posição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pacificou a matéria: **?O arbitramento do dano fica ao inteiro arbítrio do Juiz que, não obstante, em cada caso, deve atender a repercussão econômica dele, a dor experimentada pela vítima e ao grau de dolo ou culpa do ofendido? (RT 717/126)**. Dessa forma, fixo os danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). À guisa de informação, tal valor se encontra pautado na razoabilidade, na medida em que mostra-se justo porquanto atende o caráter repressivo da fixação indenizatória já que inibirá de cometer outros ilícitos perpetrados na mesma forma praticada. Visto. Nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surta seus jurídicos efeitos, homologo o projeto de sentença do Juiz Leigo. Publicada e registrada no sistema Projudi. Intimem-se. Cumpra-se. **JOÃO BOSCO SOARES DA SILVA** Juiz de Direito

No presente caso, a empresa havia negativado o nome do autor indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito, causando ao autor danos a sua honra, dor, angustia, e privação de obter créditos no comércio ao qual reside, tudo isso por uma dívida não reconhecida pelo autor.

A presente decisão foi tomada em bases jurisprudenciais de outro Estado que é o Estado de São Paulo, deixando o nobre julgador de analisar a ótica dos fatos conforme entendimento dos próprios Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

Ocorre que em outros casos o entendimento do dano moral, é observado. Em outro caso semelhante à quantificação do dano moral foi arbitrada também em

caráter pedagógico e suficiente para compensar a ilicitude praticada, junto ao Juizado especial da comarca de Cuiabá.

“Numero do Processo: 0067146-19.2016.811.0001 – **SENTENÇA** ... A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. Assim se expressou Humberto Theodoro Júnior, conforme o qual “o mal causado à honra, à intimidade, ao nome, em princípio, é irreversível. A reparação, destarte, assume o feito apenas de sanção à conduta ilícita do causador da lesão moral. Atribui-se um valor à reparação, com o duplo objetivo de atenuar o sofrimento injusto do lesado e de coibir a reincidência do agente na prática de tal ofensa, mas não como eliminação mesma do dano moral.” (in, A liquidação do dano moral. Ensaio Jurídico ? O Direito em revista, IBAJ ? Instituto Brasileiro de Atualização Jurídica, RJ, 1996, vol. 2, p. 509). Isso posto, **OPINO PELA PROCEDÊNCIA**, para declarar inexistente os débitos no valor R\$ 58,74 (cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos) e **CONDENAR** o reclamado ao pagamento de indenização por danos morais no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, os juros de mora incidem desde o evento danoso e a correção monetária a partir desta data. **VÍVIAN ROSSI M. DA COSTA JUÍZA LEIGA SENTENÇA**

No presente caso a autora também teve o seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito indevidamente e reconhecido em sentença, onde foi à empresa condenada de forma pedagógica e dentro dos parâmetros jurisprudenciais dos tribunais mato-grossenses.

A presente sentença fora proferida em sede de juizado especial cível, e no presente caso a empresa condenada recorreu junto a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado de Mato Grosso, onde reformaram a presente sentença, com redução significativa do dano moral anteriormente prolatada.

RECURSO CÍVEL INOMINADO VIRTUAL Nº 0067146-19.2016.811.0001 - Segundo Juizado Especial Cível de Cuiabá RELATOR: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORREA * Impedimentos e Suspeições *****

DR. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO *** Relator : Exmo(a). Sr(a).
 DRA. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORREA 1º Vogal :
 Exmo(a). Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA 2º Vogal :
 Exmo(a). Sr(a). DRA. VALDECI MORAES SIQUEIRA **DECLARAÇÃO DE
 VOTO - 1º Vogal: Exmo(a). Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA
 ALMEIDA ?** Peço Vênia a Douta Relatora, a fim de dar Parcial Provimento
 ao Recurso e diminuir o valor da indenização dos danos morais para R\$
 3.000, 00 (três mil reais). **VOTO - 2º Vogal: Exmo(a). Sr(a). DRA.
 VALDECI MORAES SIQUEIRA ? Acompanhamento o Primeiro Vogal. Vistos,
 relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma
 Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE
 CONHECEU DO RECURSO E POR MAIORIA DEU-LHE PARCIAL
 PROVIMENTO, VENCIDA A RELATORA.
 XXX SÚMULA DO
 JULGAMENTO:**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DÍVIDA ADIMPLIDA.
 INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ORGANISMO DE PROTEÇÃO CREDITÍCIA.
 DANOS MORAIS CONFIGURADOS *IN RE IPSA*. QUANTUM
 INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DA
 PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL.
 INADMISSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS
 FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Ocorre que neste recurso, tem-se a relatora vencida, onde os vogais votaram de forma diferente ao seu entendimento, onde o valor lá sentenciado era excessivo, e representaria uma penalidade desnecessária à empresa ora recorrente.

Os dois casos apresentados representam muito bem a dificuldade de se quantificar de forma justa o dano moral, onde nos dois casos a lide versava sobre negativação indevida do nome no rol de inadimplentes, uma cidadã fora compensada com dano moral no valor de R\$ 10.000,00 e outra foi compensada com o valor de R\$ 3.000,00.

Neste exemplo não se pode alegar os fatos diferente a cada caso, pois os fatos foram os mesmo, a negativação indevida, não havia outras negativações em seus nomes, para que pudessem aplicar outros fundamentos.

A quantificação do dano moral junto não vem sendo harmoniosa entre as hierarquias do judiciário, em especial os Juizados Especiais Cíveis de Cuiabá e Várzea Grande cidades do Estado de Mato Grosso.

Nota-se também uma avalanche de demandas junto aos mesmos, o que sobrecarrega o trabalho dos pouquíssimos magistrados que lá estão, e claramente a falta de aparato humano e tecnológico, também dificulta em muito a atuação dos nobres magistrados.

Outros casos também demonstram a dificuldade da quantificação do dano moral em reparações de demanda de má prestação de serviços.

Processo nº 0017805-55.2015.811.0002 - Vistos, etc. MÉRITO Aduz a parte requerente que a requerida realizou descontos indevidos de seus créditos referentes a serviços não contratados, o que lhe causou prejuízos de ordem material e moral. A requerida em sua defesa reconhece que houve a cobrança questionada, mas sustenta sua legitimidade, afirmando ser decorrente de um serviço contratado pelo requerente com terceira empresa. Pelo exposto, **decido pela parcial procedência** do pedido inicial para condenar a requerida a pagar ao requerente a título de indenização por danos morais a quantia de R\$3.000,00 (três mil reais) acrescido de juros de mora a partir da citação por se tratar de ilícito contratual e correção monetária, pelo INPC, desde a data da sentença. Decisão sujeita à homologação do Douto Juiz de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Várzea Grande/MT, 18 de outubro de 2015.
MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga.

Nesta lide, a autora teve o seu direito violado em razão de uma má prestação de serviços, haja vista existirem descontos indevidos em sua linha telefônica, com adesão a tais serviços sem o conhecimento da autora.

Em sentença o nobre magistrado entendeu que houve sim o dano e sua quantificação foi mensurada no valor de R\$ 3.000,00.

Em outra ação semelhante que também se discutia desconto indevido dos créditos de um cidadão não foi quantificado de forma satisfatória como no caso anterior o direito ao dano moral, uma vez que o respeitável magistrado entendeu que

o dano moral tivesse a quantificação de R\$ 500,00, onde houve recurso, e em acórdão do relator entendeu que não há nos fatos argumentos ou dor angustia ou sofrimento que pudessem majorar o dano moral.

PROCESSO: 0027217-42.2017.811.0001 - Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá - E M E N T A - RECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? CRÉDITOS DE CELULAR PRÉ-PAGO ? DESCONTO INDEVIDO POR SERVIÇO NÃO CONTRATADO ? DANO MORAL E DANO MATERIAL ? SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA ? INSURGÊNCIA DA PARTE RECLAMANTE ? PLEITO DE MAJORAÇÃO ? PROVIMENTO NEGADO ? SENTENÇA MANTIDA.RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.É como voto. Marcelo Sebastião Prado de Moraes- Juiz de Direito ? Relator

Nada obsta o poder de decisão que os magistrados possuem em suas decisões, mas a necessidade de se quantificar o dano moral, conforme preceitos elencados nos **artigos 5º, V da CF/88, artigos 186, 187, 927, 944 do Código Civil Brasileiro**, devem ser levados em conta, para que assim seja o nosso direito civil contemporâneo se livre de uma vez de teses arcaicas com fundamentos de até antes da Constituição de 1988.

CONCLUSÃO:

A responsabilidade civil é o regramento de melhor valor inserido em nosso ordenamento jurídico e social, que foi sendo moldado ao longo da história da humana e jurídica.

Graças a esse ditame principiológico podemos equilibrar a vontade social com o regramento, vindo à responsabilidade regradar a conduta para o resultado menos conflitante com intuito de gerar o equilíbrio social

A intenção do respectivo trabalho é demonstrar ao interessado no tema a necessidade de equalizar as decisões judiciais para com a gravidade dos fatos e atos praticados pelos indivíduos, que na maioria das vezes prejudica não só uma singularidade como também o coletivo, visto que quem comete os atos ilícitos sabe que na pior das hipóteses terá uma sanção extremamente branda.

Uma sociedade com aplicação da responsabilidade civil fraca e moderada transfere aos indivíduos a verdadeira sensação de insegurança pública. Uma vez que o indivíduo adquire a consciência que seus atos ilícitos podem ser praticados sem receio de ser punido por este ato, fica provado que esta sociedade falha na aplicação da lei.

A responsabilidade civil e a quantificação do dano moral justo são regramento eficaz e apaziguador de conflitos sociais.

Notadamente a quantificação do dano moral se torna um ato difícil e tormentoso na prática jurídica, uma vez que não existem parâmetros legais em nosso ordenamento para determinar o valor em cada caso, ficando essa quantificação na maioria das vezes ao arbítrio do nobre julgador.

Conforme nos deparamos com as decisões neste trabalho aqui elencada dos Juizados Especiais Cíveis de Cuiabá, Várzea Grande e a própria Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado de Mato Grosso, nota-se que algumas decisões carecem de uniformização jurisprudencial.

Na quantificação do dano moral, quando este for cabível em um demanda, seria preciso observar se uma das partes não deixou de cumprir determinação de lei,

e se esse descumprimento é corriqueiro, se esse descumprimento vem de uma ingerência, ou até propositalmente, uma vez que descumprir a lei pode ser mais vantajoso a determinada empresa, transformando essa falha na prestação de serviços em uma habitualidade desregrada.

Considerar o ato antes e depois do fato lesivo se torna válido para a quantificação do dano moral, essa valoração da culpa está em nosso ordenamento no código civil em seu artigo 944, uma vez que se denota total negligência ou mesmo uma ação diligente e com presteza do ofensor, esses elementos devem balizar o entendimento para quantificar o dano moral.

BIBLIOGRAFIA.

Venosa, Silvio de Salvo Direito civil: responsabilidade civil / Silvio de Salvo Venosa. – 12. Ed. – São Paulo : Atlas, 2012. – (coleção direito Civil; v. 4)

Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 28. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaSimboloJustica&pagina=tabuas>

Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 26. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012

Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 22. ed.rev.,atual. e ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o Projeto de lei n. 276/2007.– São Paulo: Saraiva, 2008, pag 33.

Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 22. ed.rev.,atual. e ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o Projeto de lei n. 276/2007.– São Paulo: Saraiva, 2008, pag 38.

Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 22. ed.rev.,atual. e ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o Projeto de lei n. 276/2007.– São Paulo: Saraiva, 2008, pag 53.)

(Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, volume 7: responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 22. ed.rev.,atual. e ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o Projeto de lei n. 276/2007.– São Paulo: Saraiva, 2008, pag 54.)

(Vade Mecum compacto/obra coletiva da Editora Saraiva com Colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha,- 17. Ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.)

https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=199900416619&dt_publicacao=19/03/2001>. Acesso em: 16/08/2017

(<https://pt.wikipedia.org/wiki/Moral>) acessado em 15/08/2017

(<https://www.significados.com.br/moral/>) acessado em 15/08/2017

[. \(http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17215&revista_caderno=15\)](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17215&revista_caderno=15) acessado em 15/08/2017

(DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987, v. 2., p.852).

SÉRGIO CAVALIERI FILHO, Programa de responsabilidade Civil”, Ed. Malheiros, 1998

CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

Jurisprudência STF: STF, RE86.5488, Rel. Min. Leito de Abreu, 2ª T., j. 29/05/79, p. DJ 03/07/79.

[\(https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1459\)](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1459)

acessado em 16/08/2017

(MONTENEGRO, Antonio Lindbergh C. **Ressarcimento de danos** – pessoais e materiais. 7. ed., ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.) e (MACHADO, Vitor Gonçalves. Que é dano moral? Fixação contemporânea do conceito em razão do fenômeno de sua banalização. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2606, 20 ago. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17234>>. Acesso em: 16 ago. 2017.)